



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0005505-35.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Cargo em Comissão**
 Requerente: **VANESSA DE MOURA MESSIAS**
 Requerido: **Município de São Carlos Prefeitura Municipal**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação Ordinária, inicialmente apresentada como Reclamação Trabalhista, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, proposta por **VANESSA DE MOURA MESSIAS** contra o **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**, aduzindo, em síntese, que, em 25.03.2013, foi nomeada para o cargo em comissão de Assessor Especial da Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude, contudo, em 20.01.2014, apesar de estar grávida, foi exonerada da sua função. Reputa ilegal o ato, uma vez que estaria em gozo de estabilidade, por ser gestante. Assevera que, em decorrência deste incidente, experimentou prejuízos de ordem material e moral que espera sejam ressarcidos. Cita legislação, doutrina e jurisprudência que reputa pertinentes. Pugna pela concessão da antecipação dos efeitos da tutela, para o fim de se compelir o Município a proceder à sua imediata reintegração, com pagamento de toda a remuneração correspondente ao período de afastamento, ou seja, salários vencidos e vincendos até a efetiva reintegração, além dos demais direitos trabalhistas a que faz jus, computando-se o tempo em que esteve afastada para todos os fins legais em relação ao seu contrato de trabalho e, ao final, a confirmação da tutela antecipada ou, alternativamente, caso a reintegração torne-se inviável, a condenação do Município à indenização correspondente a todo o período de estabilidade remanescente, isto é, da data da exoneração até os cinco meses após o parto, bem como a condenação ao pagamento de indenização por danos morais, no importe de vinte salários que recebia.

Foi reconhecida a incompetência pelo Juízo trabalhista, tendo os autos sido distribuídos a esta Vara.

Intimado a manifestar sobre o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, no prazo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

de 72 horas, o Município de São Carlos sustentou que a requerente não goza de garantia no emprego, já que exercia cargo em comissão, que possui caráter precário, admitindo-se, assim, sua exoneração a qualquer tempo, o que era de seu conhecimento (fls. 61/63).

Pela decisão de fls. 65/66, foi indeferida a antecipação dos efeitos da tutela.

Contestação do Município de São Carlos às fls. 75/89, onde reitera os argumentos de fls. 61/63, acrescentando que a demissão da autora, servidora ocupante de cargo comissionado, é ato lícito (exercício de um direito), inexistindo, portando, o dano moral. Acrescentou, ainda, que a administração não tinha conhecimento do seu estado gravídico, não havendo nenhuma informação administrativa neste sentido.

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso.

O pedido merece parcial acolhimento..

Os servidores públicos ocupantes de cargos em comissão são passíveis de demissão a qualquer tempo, porém, a licença gestante é assegurada às servidoras ocupantes de cargos em comissão, aplicando-se lhes as mesmas normas atinentes às servidoras públicas efetivas.

O artigo 39, § 3º, da Constituição Federal reconhece vários direitos sociais ao ocupante de cargo público, previstos em seu artigo 7º, dentre eles o direito à licença gestante, sem prejuízo do emprego e do salário.

Por seu turno, o artigo 10, II, b, dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), garante a estabilidade da gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto. Após uma leitura conjugada dos dispositivos sobre cargos comissionados, com os artigos supra citados, conclui-se pela possibilidade da exoneração *ad nutum* da gestante, que exerce cargo comissionado, porém, garantido o direito à indenização pelo período da gestação e dos cinco meses seguintes ao parto, referente à estabilidade provisória de proteção à maternidade.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. CARGO EM COMISSÃO. SERVIDORA GESTANTE. EXONERAÇÃO. DIREITO À INDENIZAÇÃO. 1. *As servidoras públicas e empregadas gestantes, inclusive as contratadas a título precário, independentemente do regime jurídico de trabalho, têm direito à licença-maternidade de cento e vinte dias e à estabilidade provisória desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto. Precedentes: RE n. 579.989- AgR, Primeira Turma, Relator*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

o Ministro Ricardo Lewandowski, Dje de 29.03.2011, RE n. 600.057- AgR, Segunda Turma, Relator o Ministro Eros Grau, Dje de 23.10.2009 e RMS n. 24.263, Segunda Turma, Relator o Ministro Carlos Velloso, Dje de 9.5.03. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AI nº 804.574/DF, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, j. 30.08.2011).

Como a reintegração no cargo não é possível, ante a sua natureza, cabe ao Município a indenização pelo valor equivalente à remuneração devida desde a confirmação da gravidez até cinco meses do parto (artigo 10, inciso II, "b" do ADCT).

Outro não é o entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

"SERVIDORA PÚBLICA Cargo em comissão - Direito à licença-maternidade de cento e vinte dias e à estabilidade provisória desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto Artigo 10, inciso II, alínea 'b', do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e artigos 7º, XVIII, e 39, §3º da Constituição Federal - Exoneração Possibilidade - Direito a indenização correspondente aos valores que receberia até cinco (5) meses após o parto - Sentença mantida Recurso da Municipalidade desprovido." (TJSP APELAÇÃO CÍVEL Nº 0008738-18.2008.8.26.0609 5ª Câmara de Direito Público - Relatora MARIA LAURA TAVARES DJ 8.4.2013).

Quanto ao dano moral, não se verifica a sua ocorrência.

Consoante já explanado, em se tratando de cargo em comissão, a Administração tinha a prerrogativa de exonerar a autora a qualquer tempo. Assim, o fato de estar grávida na data do desligamento não torna ilícito o ato administrativo, apenas obriga a Municipalidade a efetuar o pagamento dos salários durante o período da estabilidade. Daí porque se afigura descabida a responsabilização do réu por eventual sofrimento psíquico sofrido pela autora em decorrência do ato exoneratório.

Ante o exposto, com fundamento no art. 269, I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO, para condenar o requerido a indenizar a autora, mediante pagamento dos salários e encargos devidos desde sua demissão até o encerramento do quinto mês seguinte ao parto. O pagamento das prestações deverá ser realizado nas datas em que a autora receberia os salários, se o vínculo não houvesse sido rompido. Sobre as quantias pagas em atraso incidirão correção monetária e juros moratórios, desde a citação, na forma da Lei nº 11.960/09.

Em face da sucumbência recíproca, não há condenação ao pagamento de honorários advocatícios.

Custas rateadas, em porcentagens iguais, na forma da lei, observando-se que a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

autora é beneficiária da gratuidade da justiça.

Sentença não sujeita a reexame necessário.

P.R.I.

São Carlos, 21 de novembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**